



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

**PROJETO DE LEI Nº /2024**

**INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE  
LINGUAGEM SIMPLES NOS ÓRGÃOS DA  
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA  
DO ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 1821/2024  
Data: 08/08/2024 - Horário: 16:36  
Legislativo

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica instituída a Política Estadual de Linguagem Simples no Estado de Alagoas, com o objetivo de promover uma comunicação mais clara e acessível entre os órgãos da Administração Direta e Indireta e os cidadãos, facilitando a compreensão dos atos e serviços públicos e estimulando a participação cidadã.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, entende-se por Linguagem Simples o uso de termos claros, diretos e compreensíveis, evitando jargões técnicos e complexidades desnecessárias, com o objetivo de tornar a comunicação mais transparente e eficiente.

**Art. 3º** São princípios da Política Estadual de Linguagem Simples:

- I - o foco no cidadão;
- II - a transparência;
- III - a linguagem como instrumento para a inclusão e a redução das desigualdades;
- IV - a facilitação do acesso do cidadão aos serviços públicos;
- V - a facilitação da participação e do controle social pelo cidadão;
- VI - a facilitação da comunicação entre o Poder Público e o cidadão;
- VII - a facilitação do exercício do direito do cidadão.

**Art. 4º** São objetivos da Política Estadual de Linguagem Simples:

I – simplificar a redação de documentos, formulários e comunicações oficiais, de modo a garantir que sejam facilmente compreendidos pela população.

II – promover a capacitação dos servidores públicos para o uso de Linguagem Simples em suas atividades.





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavarés Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

III – estimular a revisão periódica dos documentos e processos administrativos para adequação à Política de Linguagem Simples.

IV – facilitar o acesso dos cidadãos às informações e serviços públicos, contribuindo para uma maior transparência e efetividade na administração pública;

V – reduzir a necessidade de intermediários entre o poder público e o cidadão;

VI – facilitar a participação e o controle da gestão pública pelo cidadão

**Art. 5º** os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado de Alagoas deverão:

I – adotar a Linguagem Simples em todas as suas comunicações, publicações e documentos oficiais.

II – designar, quando necessário, servidores responsáveis pela aplicação das diretrizes de Linguagem Simples em suas respectivas unidades.

III – disponibilizar informações e orientações sobre a Política Estadual de Linguagem Simples em seus sites e meios de comunicação com a população.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, de de 2024.

  
**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

---

**JUSTIFICATIVA**

O distanciamento entre os cidadãos e as instituições públicas é um desafio crescente que compromete a eficácia da administração pública e a participação democrática.

Em Alagoas, como em muitas outras localidades, a complexidade da linguagem utilizada em documentos e comunicações oficiais muitas vezes cria barreiras para a compreensão da população.

Esse cenário não só dificulta o entendimento das leis e atos administrativos, como também reduz a capacidade dos cidadãos de se engajarem efetivamente nas questões políticas e sociais que afetam suas vidas.

Este Projeto de Lei teve como inspiração a iniciativa do Tribunal de Justiça de Alagoas em adotar linguagem simples, acessível e compreensível contribui para a inclusão social e facilita o acesso da população à Justiça<sup>1</sup>.

Nesse sentido, a proposição visa instituir a Política Estadual de Linguagem Simples, com o objetivo de promover uma comunicação mais clara e acessível entre os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e os cidadãos.

A adoção desta política representa um passo fundamental para melhorar a transparência e a eficácia da administração pública, permitindo que a população compreenda melhor as ações e decisões governamentais.

Os deputados estaduais têm um papel crucial na elaboração e revisão das leis e na supervisão das políticas públicas. No entanto, a linguagem técnica e complexa

---

<sup>1</sup> <https://www.tjal.jus.br/noticias.php?pag=lerNoticia&not=23307>





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

frequentemente usada em documentos legislativos e comunicações oficiais pode criar obstáculos para a compreensão pública.

Ao simplificar a linguagem, esta política permitirá que as atividades legislativas sejam mais compreensíveis, ajudando os cidadãos a entender melhor os projetos de lei e os debates parlamentares e aproximá-los da Assembleia. Isso facilitará a participação ativa da população nas questões políticas e fortalecerá o vínculo entre os representantes eleitos e os seus eleitores.

Além disso, a complexidade das leis e dos atos administrativos muitas vezes dificulta a compreensão dos direitos e deveres dos cidadãos.

Ao adotar uma Linguagem Simples, a Política Estadual buscará tornar as leis e regulamentações mais acessíveis e compreensíveis, promovendo uma maior clareza e transparência. Isso não apenas ajudará a evitar mal-entendidos e litígios, mas também permitirá que os cidadãos tomem decisões mais informadas e participem de forma mais efetiva da vida pública.

A implementação da Linguagem Simples contribuirá significativamente para o fortalecimento da democracia em nosso Estado.

Quando os cidadãos têm uma compreensão clara das normas e dos atos administrativos, eles estão mais bem preparados para exercer seus direitos e se engajar nas questões que impactam suas vidas.

A transparência proporcionada por uma comunicação mais acessível reforça a confiança nas instituições públicas e assegura que as ações dos governantes e representantes sejam devidamente compreendidas e avaliadas pela população.





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Diante do exposto, a instituição da Política Estadual de Linguagem Simples representa uma importante oportunidade para modernizar a administração pública e promover uma maior aproximação entre o governo e os cidadãos.

Esta medida é essencial para garantir uma comunicação mais clara, eficiente e inclusiva, contribuindo para uma maior participação cidadã e o fortalecimento da democracia em Alagoas.

Portanto, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto, que considero fundamental para um governo mais acessível e uma sociedade mais engajada.

Sala das sessões,      de      de 2024.

  
**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL